



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

-- Pág. 01/05 --

PROCESSO: TC – 04.682/14

Administração Direta Municipal. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL do PREFEITO MUNICIPAL de GUARABIRA, relativa ao exercício de 2013. PARECER FAVORÁVEL à aprovação das contas. JULGAMENTO REGULAR COM RESSALVAS das contas de gestão. Atendimento Parcial da LRF. Aplicação de multa e outras providências.

P A R E C E R P P L – T C - 0 0 1 0 3 / 1 5

RELATÓRIO

1. Os autos do **PROCESSO TC-04.682/14** correspondentes à **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO MUNICÍPIO DE GUARABIRA, exercício de 2013**, de responsabilidade do Prefeito Sr. **ZENÓBIO TOSCANO DE OLIVEIRA**, foram analisados pelo **Órgão de Instrução deste Tribunal**, que emitiu o **relatório** de fls. 379/602, com as colocações e observações a seguir **resumidas**:
 1. Apresentação da Prestação de Contas no prazo legal, em conformidade com a **RN TC-03/10**.
 2. São **ordenadores de despesa**, no **exercício de 2013**, o Prefeito Municipal, **Sr. ZENÓBIO TOSCANO DE OLIVEIRA**, e o gestor do Fundo Municipal de Saúde, **Sr. WELLINGTON ANTONIO RODRIGUES DE OLIVEIRA**.
 3. A **Lei Orçamentária Anual** estimou a **receita** e fixou a **despesa** em **R\$69.179.218,00** e autorizou a abertura de **créditos adicionais suplementares** em **50%** da despesa fixada.
 4. **Repasse ao Poder Legislativo** representando **7,02%** da receita tributária do exercício anterior.
 5. **DESPESAS CONDICIONADAS**:
 - 1.5.1. **Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE): 35,02%** das receitas de impostos mais transferências;
 - 1.5.2. **Ações e Serviços Públicos de Saúde (SAÚDE): 18,56%** das receitas de impostos mais transferências;
 - 1.5.3. **PESSOAL: 43,59%** da Receita Corrente Líquida (RCL)¹.
 - 1.5.4. **FUNDEB**: Foram aplicados **92,12%** dos recursos do FUNDEB na remuneração do magistério.
 6. Os gastos com **obras e serviços de engenharia**, no total de **R\$ 1.038.800,15**, correspondente a **1,65%** da DOTG.
 7. **Normalidade** no pagamento dos subsídios do Prefeito e do vice-Prefeito.
 8. Quanto à **gestão fiscal**, a **Auditoria** destacou a **não** liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em **tempo real**, das informações pormenorizadas sobre a **execução orçamentária e financeira** em **meios eletrônicos de acesso público**;
 9. Quanto aos demais aspectos examinados da **gestão geral**, foram constatadas, a título de **irregularidades**, as seguintes **ocorrências**:

¹ As despesas de pessoal do Poder Executivo representaram **41,20%** da RCL.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1.9.1. De responsabilidade do **Sr. ZENÓBIO TOSCANO DE OLIVEIRA:**

- 1.9.1.1.** Repasses ao Poder Legislativo em desacordo com o art. 29-A da Constituição Federal;
- 1.9.1.2.** Realização de despesas por dispensa ou inexigibilidade de licitação sem amparo na legislação (**R\$ 332.270,00**);
- 1.9.1.3.** Realização de despesas por dispensa ou inexigibilidade de licitação sem amparo na legislação (**R\$ 350.544,40**);
- 1.9.1.4.** Não realização de processos licitatórios exigíveis (**R\$5.057.627,78**);
- 1.9.1.5.** Pagamento de subsídios ao Prefeito, Vice Prefeito e Secretários em desacordo com as determinações constitucionais;
- 1.9.1.6.** Despesas sem comprovação (**R\$ 290.674,92**);
- 1.9.1.7.** Ausência de prestação de contas de recursos repassados por meio de convênio, ajuste ou instrumento congênere (**R\$4.407.443,25**);
- 1.9.1.8.** Não provimento de cargos de natureza permanente mediante concurso público;
- 1.9.1.9.** Não recolhimento da contribuição previdenciária do empregador ao INSS (**R\$ 26.713,40**);
- 1.9.1.10.** Não recolhimento da contribuição previdenciária do empregador ao Instituto Próprio de Previdência (**R\$633.208,50**);
- 1.9.1.11.** Não implantação dos conselhos exigidos em lei;
- 1.9.1.12.** Ausência de encaminhamento do parecer do Conselho de Saúde Municipal;
- 1.9.1.13.** Descumprimento de prazo assinado por esta Corte para inserir informações exigidas pela Resolução RN TC 05/11 no sistema GEOPB;
- 1.9.1.14.** Ausência de documentos comprobatórios de despesas, no montante de **R\$ 389.714,03**;
- 1.9.1.15.** Não instituição do Sistema de Controle Interno mediante lei específica;
- 1.9.1.16.** Envio intempestivo dos balancetes mensais à Câmara Municipal;
- 1.9.1.17.** Ausência ou deficiência dos registros analíticos de bens permanentes;
- 1.9.1.18.** Não recolhimento de impostos retidos pela entidade às instituições devidas (**R\$ 29.655,22**);
- 1.9.1.19.** Não recolhimento das contribuições previdenciárias descontadas dos segurados à instituição devida (**R\$9.469,53**);
- 1.9.1.20.** Não atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

1.9.2. De responsabilidade do **Sr. WELLINGTON ANTONIO RODRIGUES DE OLIVEIRA:**

- 1.9.2.1.** Ausência de prestação de contas de recursos repassados por meio de convênio, ajuste ou instrumento congênere (**R\$4.407.443,25**);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1. Emissão de **parecer contrário** à aprovação das contas anuais de gestão do **Chefe do Poder Executivo** do município de Guarabira, Sr. Zenóbio Toscano de Oliveira, relativas ao **exercício de 2013**;
 2. **Imputação de débito** solidário aos Srs. Zenóbio Toscano de Oliveira e Wellington Antonio Rodrigues de Oliveira, em razão da realização de despesas consideradas não comprovadas;
 3. **Aplicação de multa** ao Sr. Zenóbio Toscano de Oliveira, com fundamento no **art. 56 da LOTCE**;
 4. **Representação** ao **Ministério Público Comum** por indícios de prática de ato de improbidade administrativa, à luz da Lei nº 8.429/92, e de crime licitatório previsto na Lei nº 8.666/93 pelo Sr. Zenóbio Toscano de Oliveira;
 5. **Representação** ao **Instituto de Previdência do Município de Guarabira**, acerca do não recolhimento de contribuições previdenciárias;
 6. **Irregularidade das contas** do gestor do **Fundo Municipal de Saúde**, Sr. Wellington Antonio Rodrigues de Oliveira, relativas ao **exercício de 2013**;
 7. **Aplicação de multa** ao Sr. Wellington Antonio Rodrigues de Oliveira, com fundamento no art. 56 da LOTCE;
 8. **Recomendação** à atual gestão do Município de Guarabira, bem como do Fundo Municipal de saúde, no sentido de estrita observância às normas constitucionais e infraconstitucionais, e quanto à gestão geral, não incorrer em quaisquer das falhas e irregularidades hauridas e confirmadas pela Auditoria neste álbum processual, sob pena de repercussão negativa em prestações de contas futuras.
5. O **Relator** admitiu **documentos complementares**, que foram submetidos ao exame da **Auditoria**, tendo esta **concluído** (fls. 2009/2013):
1. Foi **sanada a falha** de **ausência de prestação de contas** dos **recursos** repassados por meio de **convênio ou instrumento congêneres**, no montante de **R\$ 4.407.443,25**;
 2. **Permaneceram** as demais **falhas**.
6. O **MPJTC** novamente se manifestou em Parecer do Procurador Marcílio Toscano Franca Filho (fls. 2015/2018), oportunidade em que **modificou seu posicionamento original** apenas quanto às alterações de valores verificadas pela **Auditoria**, mantendo os demais termos do parecer contido nos autos.
7. O processo foi agendado para a sessão, **efetuadas as comunicações de estilo**. É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Quanto à análise da **gestão fiscal**, observou-se a **não** liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em **tempo real**, de informações pormenorizadas sobre a **execução orçamentária e financeira**, em **meios eletrônicos de acesso público**, conforme determina a **Lei de Responsabilidade Fiscal**, com a redação dada pela **Lei Complementar nº 131/09**.

Nos autos do **processo TC 11.273/14**, vem sendo verificado o atendimento aos aspectos legais relacionados ao acesso à informação e, de acordo com o último relatório técnico, datado de **18/12/14**, a Prefeitura Municipal de Guarabira atendeu apenas parcialmente aos requisitos legais. Assim, as disposições da **LRF** foram cumpridas apenas parcialmente. Todavia, **deixo de aplicar multa**, uma vez que a penalidade será aplicada por oportunidade da apreciação das contas municipais referentes ao **exercício de 2014**.

Quanto aos demais aspectos da **gestão geral**, foram destacadas as seguintes eivas:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

- **Realização de despesas com justificativas de inexigibilidade de licitação sem amparo na legislação, no valor de R\$ 332.270,00.**

INEXIG	VENCEDOR	OBJETO	EMPENHADO
03/13	RF Comunicação e Promoção Ltda.	Apresentação artística	44.000,00
05/13	BCM Produções Artísticas Ltda.	Apresentação artística	28.000,00
07/13	F3 Promoções Artísticas Ltda.	Apresentação artística	29.000,00
12/13	Geneci Bispo Lourenço	Apresentação artística	15.000,00
14/13	Jorge Erlando Batista da Silva	Apresentação artística	25.000,00
15/13	Geronildo Venâncio da Silva	Apresentação artística	43.000,00
17/13	Forrozão Editora Ltda.	Apresentação artística	35.000,00
18/13	Alto Stilo Produções e Eventos Ltda.	Apresentação artística	10.000,00
10/13	Posto de Combustíveis Frei Damião	Aquisição de combustíveis	82.170,00
11/13	Pliniark Monteiro de Souza Toscano	Serviços contábeis	9.100,00
19/13	Janeuza Sedrim Parente	Elaboração do Estatuto e plano de cargos	12.000,00
		TOTAL →	332.270,00

Os procedimentos de **inexigibilidade** supramencionados, em sua maioria, dizem respeito à **contratação de atração artística**, fundamentando-se no **art. 25, III da Lei nº 8.666/93**. A **Auditoria** questiona a existência de cartas de exclusividade com prazo de vigência determinados e circunscritos a alguns municípios. Entretanto, os **procedimentos licitatórios estão integralmente contidos nos autos**, não havendo fundamento para deixar de reconhecê-los. Ademais, as cartas de exclusividade constantes dos procedimentos têm validade de um ano para contratações com a administração pública em geral. Assim, entendo que a **falha** deve ser **desconsiderada**.

O uso de **inexigibilidade** para contratação de **serviços técnicos contábeis** e de **serviços de consultoria** para elaboração de estatuto e plano de cargos é admitido segundo entendimento desta **Corte de Contas**. Todavia, não restou caracterizada, para a **Auditoria**, a inviabilidade de competição para a **aquisição de combustíveis (R\$ 82.170,00)**. Os procedimentos de **inexigibilidade** foram apresentados, razão pela qual entendo ser cabível a aplicação de **penalidade pecuniária** pela **falha**, porém, **sem reflexos negativos às contas prestadas**.

- **Realização de despesas com justificativas de dispensa de licitação sem amparo na legislação, no valor de R\$ 350.544,40.**

DISPE NSA	VENCEDOR	OBJETO	EMPENHADO
01/13	Comercial Combustíveis JE Ltda.	Aquisição de combustíveis	135.920,00
05/13	Jorge Erlando Batista da Silva	Serviços de segurança privada	11.680,00
09/13	Severino Manoel da Silva hortifruti	Gêneros alimentícios	81.176,00
10/13	Silva & Lopes Ltda.	Gêneros alimentícios	19.972,00
11/13	Paulo Pontes da Silva	Gêneros alimentícios	9.752,80



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

12/13	RM Retífica Mundial Ltda.	Recuperação de motor e peças automotivas	14.043,60
13/13	Regis Albuquerque e Cavalcanti	Elaboração de projeto	78.000,00
20/13	Projeto Consultoria de Engenharia Ltda.	Elaboração de projeto	0,00
		TOTAL →	350.544,40

As **dispensas** questionadas pela **Auditoria** não foram instruídas com a caracterização da **situação emergencial**, a razão da escolha do fornecedor e a justificativa de preços. O gestor, por sua vez, **não se pronunciou sobre a matéria**, restando **sem licitação** o valor de **R\$350.544,40**. A **falha** enseja **aplicação de multa**, nos termos do **art. 56, II da LOTCE**.

- **Não realização de processo licitatório, nos casos previstos na Lei de Licitações no valor de R\$ 5.057.627,78.**

Dos gastos relacionados pela **Unidade Técnica** cabem algumas ponderações.

A primeira observação, de grande impacto na análise da **falha**, é que as **despesas** com o **Complexo de Saúde de Guarabira (R\$ 3.681.310,71)** e a do **Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira (R\$ 726.132,54)** **não são passíveis de procedimento licitatório prévio**. No caso do **Complexo de Saúde Regional de Guarabira**, trata-se de unidade hospitalar pertencente ao **Governo do Estado**, cuja manutenção se dá por meio de **Protocolo de Cooperação**.

Já o **Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira** foi contratado no **exercício de 2013** e teve o pagamento efetuado da mesma forma que se dava o pagamento do **Complexo de Saúde de Guarabira**: por meio da **produção ambulatorial** no sistema do **Ministério da Saúde** para **unidades credenciadas**. A documentação trazida em sede de **complemento de instrução** foi hábil para **sanar a falha** referente à ausência de prestação de contas desses recursos, demonstrando a lisura das operações.

Dessa forma, as **despesas** com o **Complexo Regional de Saúde** e com o **Pronto Socorro de Fraturas** devem ser desconsideradas para efeito de exigibilidade de procedimento licitatório, **restando as seguintes**:

VENCEDOR	OBJETO	EMPENHADO
Adriano Lima Souza ME	Cilindros de oxigênio	8.010,00
Aldo Guedes Bezerra Filho	Locação de imóvel	12.960,00
AMECC Assoc. Menores com Cristo	Locação de imóvel	44.178,24
Classic Viagens e Turismo Ltda	Passagens aéreas	12.981,68
Clínica Santa Clara	Serviços hospitalares	13.451,27
Clínica Santa Inês Ltda	Exames médicos	14.785,00
Concresolo Consultoria em Concreto e solos Ltda	Serviços de sondagem do solo	8.400,00
Diosese de Guaraira	Locação de imóvel	10.567,74
Drograria Drogavista Ltda	Medicamentos	15.828,79
Empresa sulamericana de Tecnologia Ind e Com Ltda	Material de informática	8.437,01
Escritoria central de Arrec e Distribuição ECAD	Direitos de uso de obras musicais	21.003,20
Fisioclín	Serviços de fisioterapia	8.028,00
Francisco de Assis Pontes	Serviços de Transportes	16.838,80
Hospital São Vicente de Paula	Exames Médicos	18.540,54
João Henrique de Souza	Locação de imóveis	72.000,00
Jomario Moraes Bezerra	Locação de imóveis	18.112,44
José de Souza	Locação de imóveis	20.699,88



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

José Humberto Ferreira dos Santos	Fornecimento de refeições	12.348,00
José Lira Marques	Locação de imóvel	24.000,00
Lab. de Ana Clínica Dra. M Regina (Lacril)	Exames Laboratoriais	62.208,89
Madiesel Com de Peças Ltda	Peças Automotivas	8.042,00
Magda Martins Amorim	Locação de imóvel	10.595,52
Medioly Comercial de Mat. Médicos Ltda	Materiais Cirúrgicos	43.220,00
Nordife Materiais Elétricos	Materiais elétricos	8.469,53
Roberto Nunes Francisco ME	Aquisição de fardamentos	9.108,00
Sistema Educacional de Guarabira	Locação de imóvel	117.000,00
TGM Serviços de Motores Ltda	Serviços de manutenção	8.400,00
Valdeci Alexandre de Souza	Serviços de detetização	8.770,00
Waldir Vieira de Lima	Locação de imóvel	13.200,00
	TOTAL →	650.184,53

Em primeiro plano, diversas são as despesas com **locações de imóveis**. Nesses casos, normalmente os imóveis detêm determinadas características que os tornam apropriados para a utilização a que se destinam. Cabe, entretanto, ressalva quanto à **locação do imóvel** pertencente ao **Centro Educacional de Guarabira**, no montante de **R\$ 117.000,00**, uma vez que o **SAGRES** registra todos os empenhamentos, no total de **09**, efetuados na mesma data (**20/12/13**), sendo **cinco** deles **pagos** no mesmo dia e o **restante** colocado em **restos a pagar**. A matéria deve ser objeto de análise minuciosa nas **contas** da **Prefeitura Municipal** referentes ao **exercício de 2015**.

A despesa com a **Clínica Santa Inês** foi composta de vários pagamentos, sendo o da **nota de empenho nº 4004**, no valor de **R\$ 9.846,60** referente a **dezembro de 2012**. Portanto, **desprezando-se esse valor** que não se refere ao **exercício**, o restante **não atinge o limite mínimo** a partir do qual é **exigível o certame**.

A despesa com o **Escritório central de Arrecadação e Distribuição** se deu em razão de acordo para utilização de **obras musicais, literomusicais e fonogramas** em evento do município. A natureza da despesa, ao que se percebe, é **insuscetível de ser licitada**, razão pela qual **excluí o valor do montante não licitado**.

Quanto à despesa com o **Hospital São Vicente de Paula**, no valor de **R\$ 18.540,54**, há um pagamento, datado de **23/01/13**, no montante de **R\$ 14.220,00** que, segundo o histórico do empenho (**NE 00076**), destinou-se ao **pagamento de angioplastia** em virtude de **decisão judicial**. O mesmo ocorre com as **despesas** em favor da **empresa Medioly Comercial de Material Médico (R\$ 43.220,00)**. Nessas situações, **não** há que se cogitar na realização de **licitação** dada a **urgência** no cumprimento da **determinação advinda do Poder Judiciário**.

A despesa em favor da **Nordife** ocorreu por meio de dois empenhos, sendo o primeiro, no valor de **R\$ 7.486,65**, datado de **25/01/13** e o segundo, de **R\$ 982,88**, datado de **06/06/13**. Assim, as compras foram esparsas, de acordo com a **Resolução RN TC 07/10** e, em **nenhuma das oportunidades**, foi **atingido o limite de exigibilidade licitatória**.

Os pagamentos em favor da **empresa TGM Serviços de Motores** foram efetuados em dois meses do ano: **maio (R\$ 2.700,00 e 1.800,00)** e em **outubro (R\$ 3.900,00)**. Em conformidade com a **Resolução RN TC 07/10**, as compras **não configuram fracionamento**, devendo ser **excluídas** do rol de **despesas não licitadas**.

As demais despesas relacionadas pela **Auditoria** são consideradas **não licitadas** e encontram-se no quadro a seguir:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

VENCEDOR	OBJETO	EMPENHADO
Adriano Lima Souza ME	Cilindros de oxigênio	8.010,00
Classic Viagens e Turismo Ltda	Passagens aéreas	12.981,68
Clínica Santa Clara	Serviços hospitalares	13.451,27
Concresolo Consultoria em Concreto e solos Ltda	Serviços de sondagem do solo	8.400,00
Drograria Drogavista Ltda	Medicamentos	15.828,79
Empresa sulamericana de Tecnologia Ind e Com Ltda	Material de informática	8.437,01
Fisioclín	Serviços de fisioterapia	8.028,00
Francisco de Assis Pontes	Serviços de Transportes	16.838,80
José Humberto Ferreira dos Santos	Fornecimento de refeições	12.348,00
Lab. de Ana Clínica Dra. M Regina (Lacril)	Exames Laboratoriais	62.208,89
Madiesel Com de Peças Ltda	Peças Automotivas	8.042,00
Roberto Nunes Francisco ME	Aquisição de fardamentos	9.108,00
Valdeci Alexandre de Souza	Serviços de detetização	8.770,00
	TOTAL →	192.452,44

O **valor** tido como **não licitado** totaliza **R\$ 192.452,44**. Somados aos valores da **inexigibilidade** de aquisição de combustível (**R\$ 82.170,00**) e as **dispensas licitatórias** não justificadas (**R\$ 350.544,40**) tem-se o **total** de **R\$ 625.166,84**.

O **montante** de **pequena representatividade** à vista do **orçamento realizado no exercício**. A **falha** sujeita o gestor à **aplicação de multa**, com fundamento no **art. 56, II da LOTCE**, além de **recomendações**.

- **Não recolhimento da contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência no valor de R\$ 633.208,50.**

Com a devida vênia, discordo das conclusões técnicas. Segundo o **SAGRES**, o município **pagou**, em **2013**, o total de **R\$ 3.065.420,10**, registrando em **restos a pagar** o valor de **R\$488.043,24**, que foi **integralmente pago** em **janeiro de 2014**. O próprio defendente admitiu que **negociou débitos de competências anteriores (2009 a 2012)**, fazendo constar dos autos o **termo de parcelamento**. Diante de tal situação, entendo **não haver mácula** a ser atribuída ao gestor, uma vez que **honrou com todos os recolhimentos referentes ao exercício** em análise e **negociou o pagamento dos débitos da gestão anterior**.

- **Não implantação dos conselhos exigidos em lei;**
- **Descumprimento do prazo de envio da prestação de contas, informações e documentos obrigatórios ao TCE-PB;**
- **Não instituição do Sistema de Controle Interno mediante lei específica;**
- **Envio intempestivo dos balancetes mensais da prefeitura à Câmara Municipal;**
- **Não atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos.**

As **irregularidades** demonstram inobservância à legislação, ensejando **aplicação de multa** e motivando **recomendações** à gestão municipal no sentido de dar inteiro cumprimento às determinações legais, sob pena de **reflexos negativos** em **futuras prestações de contas**.

- **Ausência ou deficiência dos registros analíticos de bens de caráter permanente quanto aos elementos necessários para a caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

A **correta escrituração dos fatos contábeis** é imprescindível à atividade pública, sendo imperioso que os demonstrativos e demais documentos traduzam com **fidelidade a situação contábil** da **Administração Pública**, inclusive quanto a seu **acervo patrimonial**. A **falha** enseja **aplicação de multa e recomendações** à gestão municipal no sentido de manter os registros dos bens de natureza permanente de forma a atender à legislação respectiva.

- **Não recolhimento de impostos retidos pela Entidade às instituições devidas no valor de R\$ 29.655,22;**
- **Não recolhimento de impostos retidos pela Entidade às instituições devidas no valor de R\$ 11.803,94 (DE RESPONSABILIDADE DO SR. WELLINGTON ANTONIO RODRIGUES DE OLIVEIRA)**

A consulta ao sistema **SAGRES** demonstra o **registro das retenções de ISS e IRRF nos pagamentos pesquisados por amostragem**, conforme descrito pelo defendente. Desta forma, **não subsiste falha** quanto a esse aspecto.

Por todo o exposto, o **Relator vota** pela:

1. Emissão de **parecer favorável** à aprovação das contas em exame, de responsabilidade do Sr. ZENÓBIO TOSCANO DE OLIVEIRA, **exercício de 2013**;
2. **Julgar regulares com ressalvas** as contas de gestão referente ao **exercício de 2013**, sob a responsabilidade do Prefeito Sr. ZENÓBIO TOSCANO DE OLIVEIRA;
3. Declaração de **atendimento parcial** às exigências da **LRF**;
4. **Encaminhamento** de cópia da presente decisão à **PCA da Prefeitura Municipal de Guarabira**, relativa ao **exercício de 2015**, para acompanhamento da matéria referente à locação do imóvel ao Sistema Educacional de Guarabira;
5. **Recomendação** à atual administração municipal no sentido de guardar estrita observância aos termos da Constituição Federal, das leis infraconstitucionais pertinentes e, especialmente, as normas regulamentares expedidas por esta Corte de Contas, a fim de não repetir as falhas ora constatadas.

É o voto.

PARECER DO TRIBUNAL

Vistos, relatados e discutidos os autos do PROCESSO TC-04.682/14, os MEMBROS do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-PB), à unanimidade, na sessão realizada nesta data, DECIDEM:

I. Emitir PARECER FAVORÁVEL à aprovação das contas em exame, de responsabilidade do Sr. ZENÓBIO TOSCANO DE OLIVEIRA, referente ao exercício de 2013;

II. Prolatar ACÓRDÃO para:

a) JULGAR REGULARES COM RESSALVAS as contas de gestão referente ao exercício de 2013, sob a responsabilidade do Prefeito Sr. ZENÓBIO TOSCANO DE OLIVEIRA;

b) Declarar o ATENDIMENTO PARCIAL às exigências da LRF;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

- c) ENCAMINHAR cópia da presente decisão à PCA da Prefeitura Municipal de Guarabira, relativa ao exercício de 2015, para acompanhamento da matéria referente à locação do imóvel ao Sistema Educacional de Guarabira;**
- d) RECOMENDAR à atual administração municipal no sentido de guardar estrita observância aos termos da Constituição Federal, das leis infraconstitucionais pertinentes e, especialmente, as normas regulamentares expedidas por esta Corte de Contas, a fim de não repetir as falhas ora constatadas.**

*Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.
Sala das Sessões do Tribunal Pleno do TCE/PB - Plenário Ministro João Agripino.
João Pessoa, 07 de outubro de 2015.*

Conselheiro Arthur Paredes da Cunha Lima – Presidente

Conselheiro Nominando Diniz – Relator

Conselheiro Arnóbio Alves Viana

Conselheiro Fernando Rodrigues Catão

Conselheiro Substituto Marcos Antônio da Costa

Conselheiro Substituto Antônio Cláudio Silva Santos

*Elvira Samara Pereira de Oliveira
Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal*

Em 7 de Outubro de 2015



Cons. Arthur Paredes Cunha Lima
PRESIDENTE



Cons. Antônio Nominando Diniz Filho
RELATOR



Cons. Arnóbio Alves Viana
CONSELHEIRO



Cons. Fernando Rodrigues Catão
CONSELHEIRO



Cons. Subst. Antônio Cláudio Silva Santos
CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO



Cons. em Exercício Marcos Antonio da Costa
CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO



Elvira Samara Pereira de Oliveira
PROCURADOR(A) GERAL